



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000176619

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0054451-30.2004.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado VIAÇÃO JARAGUÁ LTDA, é apelado/apelante ROSÂNGELA RACANICCHI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso principal e julgaram prejudicado o adesivo, por votação unânime.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente) e SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA.

São Paulo, 19 de março de 2015.

Pedro Baccarat
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO COM REVISÃO nº 0054451-30.2004

APELANTES e APELADOS: Viação Jaraguá Ltda e Rosângela Racanicchi

COMARCA: São Paulo – 22ª Vara Cível

Acidente de veículo. Colisão entre ônibus e motocicleta. Culpa exclusiva do motociclista, que bateu na traseira do coletivo parado na via. Ação improcedente. Recurso principal provido e prejudicado o adesivo.

VOTO Nº 24.264

Vistos.

São apelações interpostas contra sentença que julgou parcialmente procedente a ação de reparação de danos. A magistrada, Doutora Carla Themis Lagrotta Germano, entendeu que o ônibus teve uma pane elétrica na entrada do Viaduto Júlio Mesquita, na cidade de São Paulo, e foi parando lentamente, circunstância que inviabilizou o desvio pelo motociclista. Disso extraiu a responsabilidade da Ré, proprietária do coletivo, por negligência na manutenção do veículo. Condenou a requerida ao pagamento de indenização por dano moral no equivalente a 300 salários mínimos vigentes na data da liquidação, imputando-lhe as custas e despesas do processo, com honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação.

Apela a Ré alegando que não foi objeto de discussão a manutenção do ônibus. Insiste na culpa do condutor da

motocicleta pelo acidente. Pede a redução da indenização por dano moral.

Em recurso adesivo, a Autora requer a majoração da indenização.

Recurso regularmente processado.

É o relatório.

Em 25/11/2002 Suellen Racanicchi Garcia faleceu em acidente de trânsito. Suellen andava na garupa da motocicleta conduzida por Agnaldo Nunes da Silva que, no Viaduto Júlio Mesquita, colidiu com o ônibus de propriedade da requerida. A mãe da vítima ajuizou esta demanda requerendo indenização por dano moral. Alega a culpa do preposto do coletivo, que parou repentinamente na pista da direita, impossibilitando o desvio pelo motociclista.

O condutor da motocicleta, Agnaldo Nunes da Silva, afirmou que trafegava na faixa da direita quando o ônibus interceptou sua trajetória, dando causa ao acidente (fls. 346/349). Agnaldo afirmou que tentou desviar, mas a motocicleta derrapou.

Dos autos se extrai que o ônibus estava entrando no Viaduto Júlio Mesquita, em São Paulo, teve uma pane elétrica, reduziu a velocidade e estacionou na pista da direita. O

motorista desceu para sinalizar mas, antes que conseguisse, o motociclista bateu na traseira do ônibus, do que resultou a morte de Suellen.

No mesmo sentido foi o depoimento do pai da vítima, Luiz Mário Barbosa Garcia, nos autos do inquérito policial, embora tenha sustentado que no local o estacionamento é proibido (fls. 132).

Por isso deve ser reconhecida a culpa exclusiva do motociclista, que colidiu na traseira de veículo parado. O eventual estacionamento irregular, no caso motivado pelo defeito no ônibus, não tem nexo de causalidade com o acidente. Em face de um veículo lento estacionado, cumpria ao motorista parar e, com cuidado, desviar. No caso, o condutor da motocicleta tentou fazer ultrapassagem pela direita e, ao se deparar com o ônibus parado, não conseguiu desviar.

Assim, a ação é improcedente. Arcará a Autora com as custas e despesas do processo, com honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.500,00.

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso principal, prejudicado o adesivo.

Pedro Baccarat
Relator